

O DESAFIO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRENTE AS MUDANÇAS

CLIMÁTICAS: relato da experiência e contribuição da equipe do Pará na Força de Proteção do Sistema Único de Assistência Social no Rio Grande do Sul – FORSUAS/RS.

Riane Reis da Silva¹
Helessandra Santos da Silva Cunha²
Claudionor Oliveira Silva³
Adriana Souza de Barros⁴
Dagma de Souza Siqueira Ferreira⁵

Resumo

Este artigo reflete a experiência de trabalhadores/as paraenses frente a atuação da Assistência Social em emergência socioassistencial desenvolvido por meio da Força de Proteção do Sistema Único de Assistência Social no âmbito do Rio Grande do Sul (FORSUAS/RS), com objetivo de atuar nas ações de preparação, resposta e recuperação, bem como de garantir proteção social à população afetada pelas enchentes ocorridas em abril/maio do corrente ano no estado. Assim, antes da equipe adentrar em campo foi necessário enquanto metodologia realizar pesquisa bibliográfica e documental/institucional, bem como realizar levantamento informativo em jornais, sites e outros meios de comunicação da situação de calamidade do RS e por fim ir *in lócus* para realizar as ações propostas pela FORSUAS/RS. A equipe contribuiu de maneira técnica alinhando a teoria e prática com as atividades necessárias ao atendimento da população, principalmente quanto a garantia dos auxílios emergenciais e apoio técnico ao município de Canoas.

Palavras chaves: Emergência socioassistencial; calamidade pública; proteção social.

Abstract: This article reflects the experience of workers from Pará in relation to the work of Social Assistance during a socio-assistance emergency, developed through the Protection Force of the Unified Social Assistance System within the state of Rio Grande do Sul (FORSUAS/RS). Its aim was to engage in preparation, response, and recovery actions, as well as to ensure social protection for the population affected by the floods that occurred in April/May of this year in the state. Before the team went into the field, it was necessary to conduct bibliographical and institutional/documentary research as a methodology, as well as to gather information from newspapers, websites, and other media regarding the state of emergency in Rio Grande do Sul. Finally, the team went on-site to carry out the actions

¹Esp. em Famílias e Políticas Públicas e Esp. em Gestão do SUAS. Secretaria de Estado de Assistência Social, Emprego e Renda/PA – SEASTER. E mail: rianereis.rr@gmail.com

² Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. Secretaria de Estado de Assistência Social, Emprego e Renda/PA – SEASTER. E mail: helessandrasscunha@yahoo.com.br

³ Esp. Em Gestão de Projetos na Administração Pública. Secretaria de Estado de Assistência Social, Emprego e Renda/PA – SEASTER. E mail: claudio.sedes@gmail.com

⁴ Graduada em Serviço Social. Secretaria de Estado de Assistência Social, Emprego e Renda/PA – SEASTER. E mail: adrianabarroscress@gmail.com

⁵ Graduada em Gestão em Recursos Humanos; Secretaria de Estado de Assistência Social. Emprego e Renda/PA – SEASTER. E mail: dagmaosiqueira838@gmail.com

proposed by FORSUAS/RS. The team contributed technically, aligning theory and practice with the activities necessary to assist the population, especially in guaranteeing emergency aid and providing technical support to the municipality of Canoas.

Keyword: Socio-assistance emergency; public calamity; social protection.

1. Introdução

Este artigo descreverá o trabalho profissional da equipe do estado do Pará, da Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (SEASTER), nas ações de emergência em assistência social no Estado do Rio Grande do Sul - RS, no período de calamidade pública decorrida das enchentes em todo o Estado do Rio Grande do Sul - RS, deixando resultados catastrófico e inúmeras situações sofridas pela população afetada, principalmente aos desalojados, que exigiu ações de emergência de todas as políticas públicas, bem como, solidariedade de todo o Brasil e do âmbito internacional. Assim, fora necessário neste período, respostas rápidas diante das demandas urgentes. Dessa forma, organizou-se a FORSUA/RS⁶ por meio da Portaria nº 991 de 28 de maio de 2024 do Governo Federal, onde a equipe paraense foi integrada, sendo destacada pelo Estado do Rio Grande do Sul a atuar no município de Canoas, onde centram-se as experiências refletidas neste artigo.

Assim o objetivo deste artigo é relatar a experiência vivenciado por quatro assistentes sociais e 01 profissional de recursos humanos, que são trabalhadores/as do SUAS com atuação profissional na Secretaria de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda – SEASTER no estado do Pará, que foram compor os recursos humanos da FORSUAS/RS no município de Canoas entre os 26/05/24 a 11/06/24. Esse trabalho exigiu da equipe os procedimentos metodológicos de Pesquisa bibliográfica e Pesquisa documental/institucional sobre as temáticas referentes as ações de emergência da assistência social, bem como em outras informações com conteúdo documental como, por exemplo, jornais, ações institucionais de políticas públicas, fotos, entre outros. Além disso, realizou-se a pesquisa bibliográfica em livros, artigos, legislações, dentre outras produções teóricas sobre o tema que, por sua vez, formam indicadores desta ação em especial onde a sua particularidade pode ser referência para futuros trabalhos do mesmo objetivo, além de ter norteado a equipe para o reconhecimento a priori de campo.

Após esta etapa, a equipe foi para a exploração de campo, onde se deu a experiência vivenciada no trabalho realizado, ou seja, atuação propriamente dita com as ações de

⁶ Dispõe sobre a estratégia coordenada de ações em emergência da assistência social no Estado do Rio Grande do Sul, denominada Força de Proteção do Sistema Único de Assistência Social no âmbito do Rio Grande do Sul (FORSUAS/RS).

preparação, resposta e recuperação a situação de calamidade pública do município de Canoas. Assim a equipe fez uma devolutiva, tanto presencial quanto por escrito com a gestão municipal da Assistência Social para colocar as impressões e sugestões estratégicas de trabalho frente a demanda. E por fim, a equipe sistematizou todos esses dados e elaborou o Relatório final.

Os dados e resultados foram analisados a partir da teoria crítica, em vista do compromisso com a compreensão da realidade contribuindo para apreender o fenômeno estudado e suas interações com os outros fenômenos, sob a perspectiva da totalidade social.

2. Emergência sociassistencial

Após chuvas intensas iniciadas no dia 27 de abril de 2024 no Estado que resultou em enchentes em 478 municípios dos 497, foi considerada pelo governo a maior catástrofe climática do RS levando a ser decretado estado de calamidade pública (decreto nº 57.596) em 1º de maio de 2024. Abaixo é possível visualizar na FIGURA 1 uma das cidades do Rio Grande do Sul tomada pelas águas.

Figura 1 Enchente em Encantado, cidade do Rio Grande do Sul



Foto: Silvio Avila/AFP

Fonte: O Globo

Há pouco tempo o tema *emergência socioassistencial* ganhou mais espaço para discussão, pois diante das inúmeras situações de calamidades públicas sejam climáticas ou de saúde, a política de assistência social percebeu a extrema necessidade de se debruçar sobre o tema no que se refere a compilar, robustecer e produzir, e até mesmo capacitar para propiciar uma atuação técnico-operativa e teórico metodológica. Deste modo é importante ponderar que mesmo esse debate venha ganhando mais força nos últimos anos além da Assistência Social, por exemplo, o serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências é explicitamente tipificado da Resolução do CNAS nº 109/2009

“O serviço promove apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas (Brasil, 2009, p.57). E na Portaria SNAS nº 112/2021(BRASIL, 2021) a emergência socioassistencial é definida como “situação de riscos e agravos sociais, extraordinária e temporária, que resulte em desassistência à população” (Brasil, 2021), já o risco e agravo social como “qualquer prejuízo à integridade física, mental ou psicológica e à convivência familiar e social dos indivíduos e suas famílias, provocado por situações adversas, imprevistas, circunstanciais, nocivas ou que causem dano e/ou desvantagens pessoais e sociais” (Brasil, 2021).

Compreender a atuação da assistência social nesse contexto perpassa pela evidente confirmação de que todas as pessoas que compõem o SUAS tem um papel fundamental nesse momento. É neste contexto que as esferas de governo atuam, apoiando o RS. Assim, o trabalho desenvolvido pela equipe do Pará compondo a equipe do FORSUAS/RS teve objetivo de atuar nas ações de preparação, resposta e recuperação, bem como de garantir proteção social à população afetada.

3. O relato da experiência e contribuição da equipe do Pará no FORSUAS/RS

3.1 Diário de Campo

Conforme a Portaria MDS Nº 991/2024 (BRASIL,2024) a equipe do Pará iniciou suas atividades no dia 26 de maio e como preparação e visando ampliar as informações acerca do ocorrido, houve reunião com as equipes técnicas do Estado do Rio Grande do Sul, Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Pobreza - MDS, Fundo Nacional da Assistência Social - FNAS, Estado do Paraná e do município de São Leopoldo. Esta reunião foi de extrema relevância para situar a equipe em relação as mudanças das legislações e programas de transferência de renda implantados pelo governo estadual e federal para as pessoas atingidas, bem como benefícios, situação dos equipamentos, quantidade de pessoas acolhidas e quais ações o Estado havia realizado.

O segundo momento se deu *in lócus*, no maior acolhimento provisório do município de Canoas, situado da Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, que naquele momento estava com aproximadamente 2.500 (duas mil e quinhentas pessoas) – além de milhares de animais-, no entanto, o espaço chegou a acolher cerca de 8.000 (oito mil) pessoas desalojadas, sendo considerado o maior abrigo do estado. Ao conhecer o local que fizeram de central de doação tivemos o impacto da real necessidade, mas também de toda solidariedade. Assim, integramos a equipe do FORSUAS/MDS para atendê-los, realizando triagem, cadastro no auxílio Reconstrução, orientações sobre o Pix SOS, Programa Volta por cima, abertura de

conta no Gov.br⁷ ou recuperação de senha deste portal.

Em um outro momento foi possível dialogar com a gestão municipal de Assistência Social de Canoas- RS. A intenção foi de fazer uma escuta das demandas, das dificuldades e potencialidades para orientações técnicas com estratégias, neste sentido, fizemos algumas ponderações sobre os dispositivos legais acerca das ações em contexto de emergência socioassistencial.

A equipe também realizou atividade na Central do Cadastro Único criada para esse momento de emergência junto aos servidores e estagiários contratados como cadastradores. Na oportunidade realizou-se atendimento e orientação dos benefícios e programas emergenciais. Também dialogamos com a servidora efetiva da gestão, que tem toda historicidade da secretaria e com a equipe do Centro Especializada de Assistência Social – CREAS, tendo em vista que naquele momento o município não contava com técnicos de alta complexidade (Não há acolhimento público, todas as unidades de acolhimento são ofertadas de forma “parceirizada” com entidades) e assim seria possível traçar um plano de trabalho e sugestões técnicas de atuação frente a demanda, com apoio da técnica da Secretaria de Desenvolvimento Social – SEDES do Estado direcionada para ser nosso ponto focal e com a equipe do CREAS que neste momento foi disponibilizada para acompanhar os acolhimentos provisórios.

Uma das nossas intervenções para contribuir com a gestão municipal foi de visitar os espaços de acolhimento provisórios para realizar atendimentos e orientações sobre os programas emergenciais, entender a dinâmica de trabalho e orientar a partir da lógica do SUAS, isto porque a gestão municipal definiu que esses locais (escolas, centro de esportes etc.) seriam geridos pelos responsáveis legais (diretores, terceirizados), e naquele momento não havia mais o acompanhamento de equipe técnica do SUAS, sendo que nos últimos dias diversos espaços provisórios estavam solicitando presença de assistentes sociais da política de Assistência Social. Essa demanda dialogou com a reflexão que fizemos com a gestão, tendo em vista que uma das competências desse sistema é gerenciar, acompanhar e apoiar tecnicamente os acolhimentos também em casos de emergência socioassistencial.

Foi possível conhecer e dialogar em três escolas (municipais e estadual) e o Centro

⁷ **Auxílio Reconstrução:** Apoio financeiro no valor de R\$ 5.100,00 pago em parcela única via Governo Federal às famílias desalojadas ou desabrigadas no Rio Grande do Sul.

Pix SOS: Apoio financeiro de R\$ 2.000,00 organizado e recebido pelo governo estadual do RS oriundos de doações via Pix com critério previamente estabelecidos. Mais informações: <https://sosenchentes.rs.gov.br/sobre-o-pix>.

Volta por cima: Auxílio financeiro de R\$ 2.500,00 do governo estadual pago em parcela única para famílias desabrigadas ou desalojadas por consequência do evento climática com critério definidos por meio do Decreto 57.607 de 10 de maio de 2024 e podem ser encontrados no site <https://sosenchentes.rs.gov.br/voltaporcima>.

Gov.br: Portal que reúne diversos serviços em só um lugar possibilitando que os cidadãos acessem com mais facilidade os serviços públicos digitais, assim como informações sobre o governo federal. Esse portal se tornou condição para que pessoas pudessem acessar o auxílio reconstrução.

Olímpico Municipal – COM. Ambientes que dialogamos com a gestão local e apresentamos orientações sobre a rede, atuação do SUAS, cartilhas, além de fazer escuta das ações desenvolvidas pelos espaços. Outra atuação importante em articulação com o CREAS e uma servidora da educação foi um projeto piloto de roda de conversa por meio do círculo de diálogo para escuta qualificada das pessoas atingidas, considerando que esses atores municipais eram certificados em um curso de justiça restaurativa.

Durante os atendimentos nos diversos espaços percebeu-se que a maioria das pessoas acolhidas tinham perdidos seus documentos de identificação e bens materiais, pouco acesso a informações, de baixa ou nenhuma renda, baixo ou nenhum conhecimento de tecnologia, que havia imigrantes oriundos da América do Sul (Venezuelanos e Uruguaios) e se apresentavam psicologicamente fragilizados. É importante frisar que os bairros mais afetados foram os da periferia com maior nível de impacto, porém bairro de classe média também foi atingido, corroborando com a máxima que os mais afetados são aqueles em situação de vulnerabilidades e à margem. Outro ponto a destacar é que as/os trabalhadoras/es do SUAS e de outras políticas sofreram perdas, o que gerou baixa de trabalhadores/as para atender a população e sobrecarga nos demais.

A equipe enfrentou diversos desafios, iniciando pela logística para sair do município de Belém- PA com destino a Santa Catarina- SC, onde o governo estadual por meio da Secretaria Estadual da Assistência Social, Mulher e Família através de uma articulação da SEASTER, disponibilizou veículos e condutores para realizar o traslado de Florianópolis em uma viagem de 6 horas até o município de Canoas, bem como o retorno até o mesmo município de SC, tendo em vista que não era possível realizar compras de passagens aéreas partindo de Canoas. Entre outros destaques, aponta-se a baixa temperatura local, conhecer as áreas afetadas e a destruição causada, ouvir a dor das pessoas (em muitas ocasiões lágrimas ou estresses) e acolher, a baixa compreensão da população sobre o cadastro único e seus objetivos. E uma gestão municipal fragilizada com troca constante de gestor (secretário) e equipes incompletas conforme preconiza a NOB-RH /SUAS o que provoca ausência de planejamento para o atendimento das demandas e consequentemente dificultou a condução da gestão no que se refere aos nossos trabalhos.

Algumas falas, expressões de tristeza ou alegrias, raiva, gratidão e choros provocaram intensas reflexões na equipe, nos revelando um dos motivos do SUAS existir: a referência é o trabalho para os usuários da política, que são sujeitos de direitos. Percebia-se que os trabalhadores se dedicavam todos os dias, mas parte da cidade se tornou “terra arrasada” de um momento para outro, e não havia plano de contingência que fosse um norteador, sendo essa uma das formas de planejamento essenciais para situação de calamidade pública e emergência socioassistencial, o que tornou a gestão com fragilizada, em especial pela necessidade da urgência.

3.2 Resultados Alcançados

Com apoio da gestão estadual e municipal foi possível desenvolver diversas atividades em prol da população canoense entre elas, destacam-se:

- a) Participação em reuniões com equipes técnica do governo estadual, federal e municipais de planejamento e avaliação;
- b) Realização de atendimentos socioassistenciais na central do cadastro único e em um condomínio que foi completamente atingindo, com orientação, informação, comunicação, principalmente para o acesso a benefícios eventuais em caráter de emergência dos programas de transferência de renda;

Figura 2 Equipe do Pará atendendo ULBRA



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 3 Equipe do Pará e do RS em reunião de trabalho



Fonte: Arquivo Pessoal

- c) Realização de diversos atendimentos socioassistenciais em 05 acolhimentos provisórios: Universidade Luterana do Brasil – ULBRA, Escola Municipal de Ensino Fundamental- E.M.E.F Erna Wurth, que comporta o Centro de Atenção Integral a Criança e Adolescente - CAIC , Escola Municipal de E. F. Irmão Pedro, Escola Estadual Gomes Jardim e Centro Olímpico Municipal – COM, nos quais foram realizados escuta e atendimentos de orientação sociofamiliar, informação, comunicação, principalmente para o acesso a benefícios eventuais, programas de transferência de renda em caráter de emergência, bem como orientação para o acesso à documentação pessoal e para o exercício da cidadania

Figura 4 Equipe do Pará em reunião com coordenadora de um acolhimento provisório



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 5 Equipe do Pará atendendo na ULBRA



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 6 Equipe do Pará atendendo em acolhimento Provisório



Fonte: Arquivo Pessoal

d) Reunião com a coordenação/direção dos trabalhos desenvolvidos nos acolhimentos para propor atividades de convívio, de organização da vida cotidiana e a lógica do SUAS nesse contexto;

e) Diálogos em 6 reuniões de trabalho com gestor municipal, técnicos da gestão e com a equipe do Centro Especializada de Assistência Social – CREAS;

Figura 7 Equipe do Pará em reunião com equipe do CREAS e com a gestão



Fonte: Arquivo Pessoa

f) Devolutiva com a gestão municipal de Assistência Social e documento por escrito de forma objetiva contendo sugestões de trabalho a partir da realidade encontrada.

4. Considerações finais

As ações que a equipe do Pará realizou em Canoas/RS no período de 26/05/24 a 11/06/24, suscitaram na equipe reflexões sobretudo acerca da atuação técnico-operativo e teórico metodológico do/a trabalhador/a do SUAS. Assim, diante da situação vivida no RS foi possível abstrair que esses trabalhadores tem um papel fundamental e muitas responsabilidades nesse contexto, já que além de atender a população afetada, também estarão nos planejamentos e coordenações de ações emergenciais, o que demanda do trabalhador, principalmente da/do assistente social “ser um profissional propositivo e não só executivo” (Iamamoto, 2009, p.20) capaz de repensar sua prática, encontrando novas intervenções frente a inúmeras demandas provenientes das novas vulnerabilidades sociais. É importante, ressaltar que muitos de trabalhadores também são afetados ou seus familiares, como no RS, podendo sofrer as mesmas consequências da população atendida por eles. Assim é necessária uma atenção a esses trabalhadores e a suas rotinas de trabalho.

Destaca-se ainda, a dificuldade que a gestão possui, principalmente para enfrentar a demanda, em virtude também de não possuir recursos financeiros suficientes para desenvolver ações emergenciais capazes de mitigar a situação da população, ter dificuldade de execução financeira e nem está preparada para desenvolver ações necessárias por não possuir um plano de contingência em situação de calamidade pública, que exige construir uma previsão orçamentária e financeira.

Portanto, o trabalho desenvolvido durante a emergência socioassistencial e calamidade pública no Rio Grande do Sul corroborou com reflexões profissionais, mas também surpreendeu diante das expectativas criadas pela equipe, mesmo vivendo situação adversa da diferença de clima, em especial.

Diante de mais uma situação de catástrofe é evidente a extrema importância do SUAS em um país com tamanhas vulnerabilidades a urgência da recomposição orçamentária desse sistema e investimento em capacitação. É importante frisar que as ações de emergência socioassistenciais podem não ser pautadas apenas nas propostas já existentes nos dispositivos e orientações desta política, mas também aflora a necessidade de novas discussões com categorias de estudo, aproximação com academia, estratégias e atuações mais sedimentadas, rápidas e necessárias.

Dentre as principais reflexões está a de se reafirmar que, em especial, o trabalho de assistentes sociais não se qualifica como trabalho superficial, ainda que emergencial. Ou seja, não deve perder sua relação mediada com a historicidade, a concretude, a totalidade, as mediações provenientes das relações sociais imbricadas nos processos que atingem a

população. Sabemos que situações de catástrofes ambientais têm total relação com as atividades de exploração da natureza e das pessoas por parte deste sistema de produção, por isso, é importante frisar que temos este reconhecimento e nos comprometemos com a continuidade dessas reflexões com o objetivo de instrumentalizar a prática dialética da Política de Assistência Social.

Referências

BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993** - Lei Orgânica da Assistência Social/LOAS. Brasília, DF: Presidência da República, 1993. Disponível em: Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm> Acesso em: 15 ago. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social/PNAS 2004**. Brasília: MDS, 2005a. 178 p.

BRASIL. **Portaria nº991, de 28 de maio de 2024**. Dispõe sobre a estratégia coordenada de ações em emergência da assistência social no Estado do Rio Grande do Sul, denominada Força de Proteção do Sistema Único de Assistência Social no âmbito do Rio Grande do Sul (FORSUAS/RS). Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome/Gabinete do Ministro 2024a. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mds-n-991-de-28-de-maio-de-2024-562754054>> Acesso em: 30 mai. 2022.

BRASIL. **Portaria Nº 112, de 23 de setembro de 2021**. Dispõe sobre a Emergência Socioassistencial e a Salvaguarda Social. Brasília, DF: Ministério da Cidadania/Secretaria Especial do Desenvolvimento Social/Secretaria Nacional de Assistência Social 2021a. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-112-de-23-de-setembro-de-2021-346951796>> Acesso em: 30 mai. 2022.

BRASIL. **Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009** - aprova a Tipificação nacional de serviços socioassistenciais. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF: CNAS, 2014. 64 p.

BRASIL. **Curso: A atuação da assistência social em Emergência Socioassistencial**. Modulo 1. Princípios da atuação do SUAS em contexto de emergência. Universidade Federal de Santa Catarina. Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome - 2023. 32 p.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência Social e trabalho no capitalismo**. Ed São Paulo: Cortez, 2016. 192 p.

CASTILHO, D.E; LEMOS, E.L.S; GOMES, V.L.B. **Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios (im)postos ao Serviço Social** - Serv. Soc. Soc., São Paulo,

n. 130, p. 447-466. Disponível em <<http://dx.doi.org./10.1590/0101-6628.118>> acesso em: 14 out. 2023.

GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL. **Defesa Civil atualiza balanço das enchentes no RS – 20/8**. RS: Governo do Estado. Disponível em <<https://www.estado.rs.gov.br/defesa-civil-atualiza-balanco-das-enchentes-no-rs-20-8>> acesso em: 09 ago. 2024.

GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL. **DECRETO Nº 57.596, de 1º de maio de 2024**. Declara estado de calamidade pública no território do Estado do Rio Grande do Sul afetado pelos eventos climáticos de chuvas intensas, ocorridos no período de 24 de abril a 1º de maio de 2024. RS: Gabinete de Consultoria Legislativa. Disponível em <<https://www.diariooficial.rs.gov.br/materia?id=997980> > acesso em: 22 mai. 2024.

G1. **Um mês de enchentes no RS**: veja cronologia do desastre que atingiu 471 cidades, matou mais de 170 pessoas e expulsou 600 mil de casa. G1/Rio grande do Sul. Disponível em <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/29/um-mes-de-enchentes-no-rs-veja-cronologia-do-desastre.ghml>> acesso em: 08 ago. 2024.

G1. **Número de moradores fora de casa após temporais no RS é superior à população de oito capitais no Brasil**. G1/Rio grande do Sul. Disponível em <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/14/temporais-moradores-fora-de-casa-x-capitais-brasileiras.ghml?utm_source=whatsapp&utm_medium=share-bar-desktop&utm_campaign=materias> acesso em: 08 ago. 2024.

G1. **Sobe para 182 número de vítimas após enchente no RS**: 29 pessoas seguem desaparecidas. G1/Rio grande do Sul. Disponível em <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/08/09/enchentes-rs-mortos-desaparecidos.ghml>> acesso em: 07 ago. 2024.

IAMATO, Marilda Viela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: Trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2009. 326p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Organizadora). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. 80 p.

MICHALISZYN, Mario Sergio; TOMASINI, Ricardo. **Pesquisa: orientações e normas para elaboração de projetos, monografias e artigos científicos**. 3ed. Rio de Janeiro: vozes, 2007. 207 p.

O GLOBO: **Figura 1**. <oglobo.globo.com>Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/fotogalerias/noticia/2023/11/20/enchentes-no-rio-grande-do-sul-varias-cidades-inundam-apos-temporais-fotos.ghml>> acesso em :12 ago.2024.

PARÁ. **Relatório situacional e memória das atividades em Canoas/RS**. Pará: Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda. 2024. 16 p.